

RESOLUÇÕES DO ENCONTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO SEGURO SOCIAL APROVADAS NA PLENÁRIA NACIONAL DA FENASPS DIA 7 DE MAIO/2017



O Encontro Nacional dos Trabalhadores do INSS foi realizado na sala 1 do Hotel Nacional, em Brasília - **no dia 6 de maio/17** - e contou com a presença de 82 trabalhadores, representando os estados do AM - PA - CE- RN - ES - PR - SC - MG - RS - SP – MS e oposições da Bahia, do Distrito Federal e Alagoas.

Primeiramente, foram dados informes estaduais e nacionais das ações políticas nos estados e da Federação, neste último período: mobilizações e manifestações no dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher; paralisações no dia 15 de março, Dia Nacional de Luta e mobilização; e a Greve Geral do dia 28 de abril.

Todos os informes estaduais foram no sentido de que a Greve Geral foi vitoriosa, e que é necessário potencializar as ações políticas para o próximo período, com objetivo de barrar as Contrarreformas da Previdência, Trabalhista, as Terceirizações e o desmonte do Estado Brasileiro.

Foram prestados informes, pelo plantão, das audiências realizadas no Ministério do Planejamento, MDSA, INSS, no Congresso Nacional, nas Comissões para manifestações contrárias à Terceirização: contra as Reformas Trabalhistas e da Previdência Social, que retiram direitos dos trabalhadores.

Nas audiências realizadas nos Ministérios foram cobradas as pendências do Acordo da Greve de 2015 (Jornada de Trabalho-REAT, Comitê Gestor, GDASS), bem como as políticas de desmonte do

INSS. Também foi apresentado relatório, pelos representantes da Federação, que foram ao Rio Grande do Norte verificar o plano Piloto do INSS Digital-Teletrabalho, em março deste ano.

AVALIAÇÃO DE CONJUNTURA E PLANO DE LUTAS:

No ponto conjuntura, todas as avaliações foram no sentido da necessidade de aumentar a mobilização, as atividades de rua para fortalecer a luta a partir da Greve Geral do dia 28 de abril, um grande avanço da classe que mobilizou 40 milhões de pessoas em todo o país. Um movimento radicalizado com ocupações das praças, ruas, rodovias, a maior greve da história brasileira.



RESOLUÇÕES APROVADAS:

1. Diante dos ataques aos direitos dos trabalhadores por meio das Contrarreformas neoliberais, exigir que as Centrais convoquem de imediato **NOVA GREVE GERAL**;
2. Fortalecer a luta para derrotar as Contrarreformas Trabalhista e da Previdência Social, unificando as lutas com outras categorias, movimentos sociais, estudantes e setores da sociedade organizada (OAB, CNBB, CDH, Auditoria Cidadã da Dívida);
3. Intensificar a unidade entre os trabalhadores do setor privado, para derrotar as Contrarreformas da Previdência, Trabalhista, Sindical e o desmonte do Estado brasileiro e entrega das riquezas do país;
4. Elaborar pauta de reivindicações específica para ser entregue ao governo orientando a categoria a intensificar a mobilização preparando a greve por tempo indeterminado, se não forem atendidas as reivindicações;

5. Colocar como um dos eixos de reivindicações a necessidade do concurso público, melhores condições por local de trabalho;
6. Organizar a luta da campanha salarial em conjunto com demais servidores federais construindo a mobilização nos locais de trabalho, preparando a greve por tempo indeterminado;
7. Protocolar, na semana de 8 a 12 de maio, a pauta de reivindicações dos servidores da base da Fenasps e cobrar resposta em prazo máximo de 30 dias;
8. Discutir condições de trabalho como forma de sensibilizar a categoria em defesa da Previdência e do Trabalho e cobrar do governo a realização da eleição da comissão por local de saúde do trabalhador;
9. Intensificar pressão junto ao Governo para implantar horário de funcionamento em turno único de trabalho em todas as unidades do INSS que tenham insuficiência de servidores;
10. Solicitar parecer jurídico para impetrar ação judicial para que seja cumprida a lei em relação à incorporação da Gratificação de Desempenho com antecipação de tutela, autorizando a Fenasps se houver viabilidade jurídica;
11. Unificar as atividades nacionais junto aos demais setores do serviço público. E neste sentido é necessário fortalecer os fóruns e as frentes estaduais em defesa da Previdência Pública e contra as reformas neoliberais do governo;
12. Propor ao governo que seja reinstalado o GT de Reestruturação das APS;
13. Apresentar requerimento ao INSS sobre o status dos benefícios do BILD que estão sendo indeferidos pela perícia médica, porque tem Estados denunciando que a Justiça Federal está determinando a reimplantação dos mesmos. Desmentindo assim a falácia da ANMP e governo que 85% são fraudados;
14. Orientar os servidores que estes não estão obrigados a aceitar a imposição da instituição para dobrar a agenda como propõe os projetos do INSS em curso nas superintendências, como parte da preparação dos sistemas para implantação do INSS Digital/Teletrabalho;
15. Incorporar nas ações dos sindicatos as propostas aprovadas pelos trabalhadores do Serviço Social e reabilitação profissional, potencializando a luta do setor e ampliando a ação das entidades;
16. Pressionar o governo exigindo o cumprimento dos acordos da greve de 2015, referente à Carga Horária, GDASS, Comitê Gestor de Carreira, incorporação da gratificação aos salários dos aposentados, concurso público, entre outros pontos a serem cumpridos;

17. Apresentar proposta às Gerências Executivas em todo o país, para que cumpram as leis 13.324/2016 e 13.326/2016, referente a incorporação nas aposentadorias, a exemplo do que fazem algumas gerências de Curitiba, Ponta Grossa e da Regional Sul;

18. Disponibilizar em todos os Sindicatos Estaduais da base da Fenasps Questionário direcionado aos servidores das Unidades do INSS relacionados aos Sistemas informatizados para levantamento de falhas, inconsistências e inoperâncias e posteriormente denunciar ao Ministério Público e demais Órgãos de Controle; junto com estresse dos servidores que são obrigados a paralisar os serviços devidos por sistemas, e-mails, falta de internet e sistemas ineficientes que não “comportam a demanda”, ficando fora do ar na maior parte do tempo além de não serem acessíveis aos servidores com deficiência;

19. Buscar TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) do INSS para garantir a oferta dos serviços aos cidadãos e condições de trabalho;

20. Acompanhar e denunciar o sucateamento dos serviços em relação as unidades do INSS em nome da “economia”, com nota à imprensa e rádios sobre a situação prédios, falta de servidores e problemas nos sistemas;

21. Acompanhar as reuniões dos Conselhos de Previdência e denunciar a falta de servidores com as aposentadorias;

22. Fazer denúncia na Defensoria Pública e Procuradoria da República sobre o descumprimento por parte do INSS da MP 767, especialmente no que tange à realização das perícias médicas remuneradas com bônus por trabalho feito na jornada normal de trabalho, sem acréscimo de hora nem aumento de produção. Ressalvando que tal fato ocasiona prejuízo das perícias ordinárias e precarização do ato pericial;

23. Considerando a análise preliminar dos Projetos Pilotos do INSS virtual que estão sendo implantadas em todo o país e as inovações que prometem modernizar os sistemas de trabalho, requerem urgente que os sindicatos e FENASPS realizem debates e seminários para discutir as implicações dessa modalidade na Carreira do Seguro Social, alterações em curso no processo de trabalho – INSS DIGITAL, Teletrabalho, alterações nas resoluções sobre Serviço Social, Reabilitação Profissional e terceirização da área-fim para orientar os trabalhadores sobre seus direitos, obrigações e as consequências ao Segurado, aos servidores e ao INSS com as mudanças em curso. Pois estas mudanças, ao contrário de serem uma ferramenta de trabalho, tornam-se um instrumento da Reforma Trabalhista e da extinção da Previdência Social;

24. Orientar os Sindicatos a fazerem levantamento das condições de trabalho por em cada unidade – APS, Gex, ADJ, para fortalecer a luta por concursos públicos. Os últimos dados da DGP apontam que desde novembro de 2016, em média 60 servidores por dia requerem aposentadoria. Até agora aproximadamente 2 mil servidores já aposentaram e com a possibilidade deste número aumentar consideravelmente;



25. Que os Estados realizem debates com os Peculistas sobre o PECÚLIO e a FENASPS convoque Seminário Nacional dos Peculistas da Base da Fenasps a realizar no mês de junho/17, para discutir e deliberar sobre a posição da Federação e seus representantes sobre o Pecúlio. Solicitar a participação da Assessoria Jurídica;
26. Realizar Encontro Nacional dos trabalhadores com deficiências para discutir propostas de melhorias em termos de acessibilidade e desenho universal que permitam a estes possam ter inserção plena no processo de trabalho;
27. Na audiência da DGP/INSS, dia 10 de maio, tentar incluir a participação de aposentados para pressionar o INSS a tomar providências visando incorporação da GDASS com base nos cálculos feitos pelos serviços de Gestão de Pessoas;
28. Que os sindicatos estaduais enviem delegações para participarem da Audiência Pública que será realizada no dia 22 de maio, no Senado Federal, que terá como tema: o desmonte do serviço social, reabilitação profissional e Medida Provisória nº 767/2017.

Brasília-DF, 8 de maio de 2017.

FENASPS